
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI
2016-2020**

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Pedro Taques – Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Luiz Soares – Secretário

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Carmen Sílvia Campos Machado – Diretora

COORDENADORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Maidan de Souza Lara Pinto – Coordenadora

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE

Noíse Pina Maciel – Coordenadora

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA ESCOLAR

Giancarla Fontes de Almeida – Coordenadora

COORDENADORIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA

Assis Neri Carneiro Gomes – Coordenador

Organizadoras

Colaboradores

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO5

INTRODUÇÃO	6
1 PERFIL INSTITUCIONAL	9
1.1 Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso – Trajetória Histórica...	9
1.2 Missão	14
1.3 Visão de Futuro	15
1.4 Filosofia	15
1.5 Objetivos	16
1.5.1 Gerais	16
1.5.2 Específicos	18
1.5.3 Área de Atuação	18
1.6 Metas para o Quinquênio 2016 – 2020	21
2 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PARA O PRÓXIMO QUINQUÊNIO.....	22
2.1 Flexibilidade Curricular	22
2.2 Avanços Tecnológicos	24
2.3 Atividades Práticas e Atividades Curriculares	30
2.4 Inovações	31
3 CORPO DOCENTE	32
4 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	33
5 CORPO DISCENTE.....	37
5.1 Forma de Acesso	38
5.2 Organização Estudantil / Convivência	38
5.3 Acompanhamento dos Egressos	39
6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	40
6.1 Estrutura Organizacional	41
6.1.1 Conselho Escolar	43
6.1.2 Diretoria Geral.....	43

6.1.3 Coordenadorias	44
6.1.4 Gerências	45
6.2 Órgãos Colegiados de Natureza Pedagógica	45
6.3 Relações de Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas	46
7 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	47
7.1 Procedimentos de Auto-avaliação Institucional	48
7.2 Metodologia e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Auto-avaliação	48
7.3 Utilização dos Resultados das Avaliações.....	49
8 INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES.....	50
8.1 Laboratório de Informática e Recursos Audio-visuais.....	52
8.1.1 Recursos Disponíveis	52
8.2 Biblioteca	53
8.2.1 Acervo da Biblioteca	53
8.2.2 Horário de Funcionamento	53
8.2.3 Vídeo Saúde Distribuidora	53
9 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	54
10 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	55
11 REFERÊNCIAS	57

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso- ESP M

Endereço: Rua Adauto Botelho, N. 552, Parque da Saúde Zé Bolo-Flô, Bairro CoopHEMA, Cuiabá- MT.

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, foi instituída nos termos da Lei Complementar nº 161/2004, de 29 de março de 2004, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 29/03/2004, pg. nº 01. Atualmente a sua estrutura organizacional está definida no Decreto nº 1.816 de 05/02/2009.

A ESPMT em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Lei Complementar nº 49/98, Lei complementar nº 161/04, Resolução nº 169/06-CEE-MT, Resolução nº 311/08-CEE-MT e a Resolução 003/2009/CEE/MT é caracterizada como Escola de Educação Profissional de nível técnico e superior na área de saúde e tem como finalidade desenvolver programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Pós Graduação Lato Sensu, Educação Permanente e Continuada em Saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde no Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vem se caracterizando pela participação crescente das transformações e inovações tecnológicas, na mediação das diferentes dimensões das relações sociais. A era das relações (MORAES, 1997) exige conexão, inter-relacionamento, visão de integração. É necessário reconectar o conhecimento que foi fragmentado em partes e reassumir o todo. Trata-se, portanto, da crise e da superação do paradigma positivista, que é caracterizada pela racionalidade, pela objetividade, pela fragmentação do todo em partes, encaminhando a educação para uma formação reducionista. Hoje é necessário, segundo Behrens, 2007, formar homens responsáveis, sensíveis e que venham buscar o sentido da vida, do destino humano e de uma sociedade justa e igualitária.

O mundo de hoje, diante dos novos contornos da racionalidade tecnológica, da velocidade das descobertas científicas e da necessidade de inovações tecnológicas, exige um profissional que tenha espírito crítico e cientificamente ordenado. Portanto, há que desenvolver no profissional a curiosidade, a criticidade e competências e habilidades necessárias para que possa constatar na prática a teoria aprendida.

A Escola de Saúde Pública, como agência formadora de recursos humanos para atuar em diversos campos do Sistema Único de Saúde, procura responder na dialética dos seus limites e possibilidades à demanda crescente de profissionais e a exigência atual da sociedade que requer trabalhadores qualificados, aptos e preparados para atuarem nas diversidades culturais existentes.

Nesta perspectiva, empreende esforços com vistas ao atendimento das necessidades concretas, no que se refere ao oferecimento de cursos de educação permanente e continuada, formação técnica, de pós-graduação, extensão e pesquisa, para os profissionais da área da saúde que atuam diretamente com a saúde pública. O contexto da saúde pública, gera necessidade de mudanças constantes, de proporem-se novas direções e novas práticas de trabalho, que deverá provocar e colaborar com o processo de construção e transformação da saúde pública no Brasil.

Considerando esse panorama, a ESPMT assume a educação como uma questão política, social e cultural pensada a partir de situações-problema da saúde em geral que envolvem todo o estado de Mato Grosso, tais como: baixa condição de vida de parte da população, alto índice de desqualificação dos profissionais do SUS, desumanização da assistência para com a comunidade e a dificuldade de acesso à assistência pela maioria dos usuários do sistema de Saúde.

Assim sendo, a Escola tem como foco implementar os programas de políticas públicas de saúde que consolidem os princípios do SUS: universalidade, integralidade, equidade e descentralização do atendimento à população, indistintamente.

A construção do PDI vem responder de imediato às exigências legais do Sistema Estadual de Ensino, bem como o fortalecimento do papel, funções e responsabilidades desta Escola na geração e difusão do conhecimento para com a sociedade na qual está inserida. As ações propostas neste plano têm compromisso com um trabalho de gestão democrática, autonomia administrativa, financeira, didático-metodológica, científica e com defesa do ensino de qualidade. Também no desenho da proposta, a tríade ensino, pesquisa e extensão têm configuração de inter-relação, ficando evidente e necessário o seu compromisso social, na valorização do ser humano, liberdade de pensamento e espírito crítico.

O trabalho tem como eixo condutor a busca interdisciplinar, onde a prática reflexiva dos docentes está comprometida:

Com uma mentalidade aberta, que se defende como ausência de preconceitos, de parcialidades, de melindres, responsabilidade intelectual, significando o fazer e o assumir as consequências; e o entusiasmo, que significa predisposição para enfrentar situações com curiosidade, energia, prazer, capacidade de renovação, ruptura com a rotina (JUNQUEIRA, 2000, p.21-22).

No Plano de Desenvolvimento Institucional fica delineado o processo a ser seguido no desenvolver de suas ações atenta às diretrizes, princípios filosóficos, metodológico, políticas estabelecidas, numa relação de busca dos avanços científicos e tecnológicos, comprometidos institucionalmente com a sociedade e a qualidade de vida de seus cidadãos.

O PDI foi fruto da reflexão de todos os envolvidos no processo, pois, só a partir desse esforço coletivo, a proposta ganharia legitimidade e consistência necessárias. Segundo Sander (1984, p.146): a participação favorece a definição justa dos espaços de contribuição e de beneficiamento individual da experiência coletiva.

Este documento institucional apresenta em sua composição a missão, objetivos, metas, área de atuação, organização pedagógica, estrutura organizacional física e financeira, plano de expansão e avaliação institucional.

Como instrumento de gestão, elaborado para o período de 2016 a 2020, foi construído com a visão de futuro da Escola, de prospectar suas consolidações como centro de excelência regional, para que seja nacionalmente reconhecida através do ensino, da pesquisa e da extensão, privilegiando a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A ESPMT acredita e credita a este plano, referencial norteador para o seu crescimento, facilitado o alcance dos objetivos e metas delineados, contribuindo com a efetividade da função que lhe cabe desempenhar como referência local regional de desenvolvimento social.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Escola de Saúde Pública de Mato Grosso – Trajetória Histórica

Após descrição analítica da região Centro-oeste, do Estado de Mato Grosso e em particular de Cuiabá, permitiu-se conhecer e identificar encontros, desencontros e características da região, cujos dados e informações deram suporte para encaminhar uma análise da trajetória da Escola de saúde Pública, no contexto revisitado.

A Escola de Saúde Pública está localizada no município de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, inserida no contexto geográfico que envolve três biomas distintos: O Pantanal, o Cerrado e a Amazônia, e as mais importantes bacias hidrográficas do país: a do Paraguai e a do Amazonas-Tocantins.

A ESPMT teve sua origem na década de 80, inicialmente atuando na qualificação da força de trabalho, para atender os serviços de saúde, frente às grandes dificuldades que o setor enfrentava pela falta de mão de obra qualificada. Tendo em vista a necessidade da qualificação e da identidade profissional dos trabalhadores da saúde, foi criado o Centro Formador de Recursos Humanos, vinculado ao setor de Recursos Humanos da SES que, na época, contou com a parceria da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Antonio Cesário de Figueiredo Neto” que conferiu a certificação aos alunos.

Com a extinção da categoria de Atendente de Enfermagem, pela Lei nº 7.498 de 25/06/1986, referente ao exercício profissional da Enfermagem, o governo federal demanda providências com relação à qualificação dessa mão de obra, uma vez que esta representava um contingente significativo da força de trabalho em saúde no Brasil.

Frente ao grande desafio de atender as profundas necessidades de saúde da população brasileira e diante da existência de um significativo contingente de trabalhadores em exercício nos serviços de saúde sem a devida qualificação, o Ministério da Saúde, exercendo o seu papel de gestor nacional do sistema de saúde, definiu como prioridade a qualificação dos trabalhadores da saúde, firmando Acordo Ministerial entre Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e Assistência Social, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Organização Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS.

Como resultado deste Acordo, o Governo Federal garantiu aos estados e municípios o apoio para a profissionalização desses trabalhadores, por meio da criação de escolas do SUS, visando de um lado a prestação de assistência sem risco aos usuários, e de outro, a valorização profissional dos trabalhadores. O Ministério da Saúde teve como missão pensar uma proposta para qualificação dos trabalhadores em exercício ou em processo de admissão na rede de saúde do sistema, sendo que para sua execução algumas diretrizes foram definidas:

- Implantar modelo de escola com proposta curricular descentralizada, considerando as características da clientela (pessoas adultas já trabalhando em unidades de saúde distribuídas por todo o território nacional, sem o grau de escolaridade exigido) e a impossibilidade de retirar esses trabalhadores dos seus locais de trabalho durante o período de formação, devido ao prejuízo causado ao usuário, pela interrupção do funcionamento dos serviços;
- Desenvolver programas de capacitação técnica e pedagógica para profissionais exercerem a função de docentes;
- Desenvolver uma concepção metodológica que privilegiasse integração ensino e serviço, material didático na perspectiva do currículo integrado.

Em Mato Grosso, a partir da Constituição Federal de 1988, o governo vem construindo o SUS no Estado. Com o advento da regionalização da assistência hospitalar, em 1990 ocorre a instalação do primeiro Hospital Regional na cidade de Colíder. Para o seu funcionamento houve a necessidade de formar profissionais Auxiliar de Enfermagem, uma vez que o município não possuía pessoal qualificado em número suficiente para atender o serviço, sendo este o fator determinante para criação e efetivação da Escola Técnica de Saúde.

Frente a esta realidade, em 16 de janeiro de 1992, foi criada a Escola Técnica de Saúde em Cuiabá, com base nas Leis Complementares nº. 13 e 14/92, e regulamentadas pelo Decreto Governamental nº. 1.847 de 19 de Agosto de 1992.

Em 23 de Setembro de 1992, através do Decreto nº 2.404, a Escola Técnica de Saúde passa a integrar a estrutura organizacional da SES como órgão de execução programática da política de Recursos Humanos do SUS em Mato Grosso, fazendo parte da

rede nacional de Escolas Técnicas do SUS. Em 23 de Dezembro do mesmo ano, pelo Decreto nº. 1.946, passa a denominar-se Escola Técnica de Saúde de Mato Grosso.

A partir da publicação da Lei Nº 7.236 de 28/12/1999, que reorganizou a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, instituindo a Coordenadoria do Centro de Gestão, Desenvolvimento e Formação de Recursos Humanos para o SUS - MT, a Escola Técnica de Saúde do Estado de Mato Grosso, passa a integrar o Núcleo de Formação Técnica em Saúde (NFTS), sendo extinta em 13 de Janeiro de 2000, através do Decreto nº1.129, continuando suas atividades mesmo após a sua extinção.

Em 16 de Abril de 2001, pelo Decreto 2.484 foi criada a Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, com sede própria à Avenida Adauto Botelho, 552, no bairro Coophema, em Cuiabá/MT, estruturada sob forma de Coordenadoria, na estrita observância ao modelo organizacional dos órgãos da Administração Direta Estadual, preconizada na Lei Complementar nº 14/92, com o compromisso de promover a qualificação dos trabalhadores de saúde, visando o seu melhor desempenho e a consequente consolidação do SUS em Mato Grosso.

O Decreto 3.145, de 25 de Setembro de 2001, prevê a Coordenadoria da Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, na estrutura do Centro Estadual de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, órgão da administração sistêmica da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT). Isto, no entanto, não lhe conferiu a condição de Escola, para legitimar sua existência.

Assim sendo, foi necessário que a Secretaria de Estado de Saúde criasse, em sua estrutura organizacional, a Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, o que ocorreu através do Decreto nº 4.991, de 11 de Setembro de 2002, adequando-a a nomenclatura usualmente adotada para estabelecimentos de ensino que possuem caráter de centro formal de educação, obedecendo aos princípios emanados pela LDB da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, legalizando e legitimando assim, a sua existência.

A criação da Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros” possibilitou a incorporação da então extinta Escola Técnica de Saúde de Mato Grosso à sua estrutura formal, através do Núcleo de Formação Técnica (NFTS), preservando a oferta, de forma regular, dos cursos de Educação Profissional em nível Básico e Técnico para a área de

Saúde, nas suas diversas subáreas de formação, mantendo itinerários de Formação diversificados, para o atendimento das diversas demandas e características regionais.

A Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, nesta nova estrutura, além do Núcleo de Formação Técnica, introduz, na sua organização administrativa, o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, mantendo programas de Educação Continuada e Permanente dos profissionais de nível superior, através da oferta de cursos de especializações (parceria com a FUFMT).

Em 12 de Dezembro de 2002, através da Portaria nº 294/02 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, publicada no Diário Oficial do Estado, em 30 de Dezembro do mesmo ano, a Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros” foi credenciada para ministrar os Cursos de Educação Profissional em Nível Técnico na área de Saúde, por um período de 05 (cinco) anos, renovável após o seu vencimento.

Em 30 de Outubro de 2003, com o Decreto do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso Nº. 1.741, nova mudança ocorreu na estrutura organizacional da Escola, a qual passou a vincular-se à Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos da SES/MT, como Coordenadoria composta pela Gerência Pedagógica e de Tecnologia Educacional, Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, Gerência de Formação Técnica em Saúde, Gerência de Biblioteca, Gerência de Documentação e Registro e Gerência de Apoio Logístico.

Em 2004, pelo Decreto Nº 2.439, de 21 de Janeiro, a Escola de Saúde Pública “Dr. Agrícola Paes de Barros”, passa de Coordenadoria para Diretoria, mantendo as Gerências já existentes.

A partir da Lei Complementar Nº 161, de 29 de Março de 2004, publicada no D.O.E. no dia 29/03/2004, foi instituída a Escola e alterada sua denominação para Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, com nova estrutura organizacional, conforme publicação no D.O.E de 03 de Maio de 2004.

Em conformidade com a lei acima citada, e com o que consta no Inciso VI, do Art. 2º da Resolução CEE - MT nº 195/00; Resolução CEE - MT nº. 259/01; e ainda em consonância com o Inciso I, Art. 23 da Lei Complementar nº 49/98, a ESPMT foi caracterizada como uma Escola de Educação Profissional de Nível Técnico e Portaria nº

306 de 12 de dezembro de 2005 que credencia a ESPMT para ofertar Cursos de Pós Graduação Lato Sensu na área de saúde.

Através da Portaria nº 126/08-CEE/MT, a Escola é recredenciada por mais 05 anos (01.01.2008 a 31.12.2012) para ministrar Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Área da Saúde.

A organização atual da ESPMT encontra-se aprovada pelo Decreto nº 1816, de 05/02/09, publicado no D.O.E. desta mesma data, assim constituída: Conselho Escolar, Diretoria da Escola de Saúde Pública, Gerência Pedagógica, Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenadoria de Formação Técnica e Coordenadoria de Administração Escolar, com as respectivas gerências.

A Escola encontra-se localizada no Parque da Saúde “Zé Bolo-Flô”, distante aproximadamente 10 km do Centro da cidade, tendo ao lado o Horto Florestal Municipal, possuindo um quadro de profissionais que contempla os quatro cargos de carreira do SUS, bem como estagiários, terceirizados, cedidos e comissionados.

O conjunto de trabalhadores da ESPMT busca a efetivação de sua proposta pedagógica junto à comunidade escolar, fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos educacionais, na perspectiva sócio - crítica e emancipatória que valoriza o desenvolvimento global do ser humano, proporcionando condições para a conquista da cidadania e do bem comum.

Fica assim evidenciada a postura que a escola assumiu ao elaborar e desenvolver seu projeto de qualificação profissional, determinando em suas ações o compromisso institucional de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da região, definindo sua política de trabalho de forma articulada e em consonância com as necessidades e expectativas da sociedade local numa interface permanente.

Portanto, a análise historicizada e contextualizada da região Centro-Oeste e de Cuiabá, considerando seu perfil epidemiológico, suas características, necessidades, problemas, possibilitou à Escola traçar sua missão, visão, objetivos, filosofia e, nesta totalidade é possível sintetizar seu perfil institucional. Seu compromisso, sua responsabilidade é contribuir para o desenvolvimento do país, em especial de Cuiabá e região, formando profissionais dotados de competências necessárias ao exercício da

profissão, educando para a cidadania, numa relação efetiva com o contexto externo na tentativa de resolver e/ou minimizar os problemas detectados.

A Escola de Saúde Pública tem, portanto, como função precípua promover a formação profissional inicial, continuada e permanente de recursos humanos para o SUS/MT na perspectiva da construção de identidades profissionais autônomas, conscientes e responsáveis pelo atendimento, implementação e transformação das ações de saúde pública, oferecidas à população mato-grossense.

O esforço técnico-pedagógico dos agentes educativos da Escola tem como foco o desenvolvimento da sensibilidade profissional do trabalhador da saúde, na busca de atendimento humanizado, técnico, tecnológico e cientificamente competentes destinados à clientela usuária do SUS/MT.

Em seu fazer pedagógico, as proposições dos projetos dos cursos são estabelecidas as especificidades formativas necessárias à formação do trabalhador para enfrentar o mundo do trabalho, em função das condições locais e regionais no seu campo de atuação.

Nesse sentido, a escola de Saúde Pública busca formar um profissional que assuma uma postura política esclarecida sobre o significado local e global do SUS/MT, na perspectiva dos direitos de todos os cidadãos a um serviço de saúde que venha promover a qualidade de vida de todos, na sociedade brasileira em geral e, em específico em Mato Grosso. Considerando a sua missão, a Escola de Saúde Pública tem em seu lócus pedagógico uma clientela composta por trabalhadores da saúde, originária de todo o estado de Mato Grosso, e regiões apresentando múltiplas diferenças nos aspectos sociais, culturais, econômicos e perfil epidemiológico.

1.2 Missão

Formar e qualificar os trabalhadores do SUS na perspectiva da educação permanente em Saúde, em consonância com as diretrizes nacionais da educação e da política estadual de saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços e qualidade de saúde da população.

1.3 Visão de Futuro

Formar recursos humanos para o SUS, na perspectiva de tornar-se referência regional no ensino, consolidando-se como uma instituição fomentadora de ideais e propostas coletivas, fundamentados na qualidade, na ética e no profissionalismo.

1.4 Filosofia

A ESPMT tem compromisso com uma proposta filosófica dialética e tem como suporte princípios de liberdade, do direito à saúde, solidariedade humana tendo como finalidade preparar o trabalhador do Sistema Único de Saúde para o desenvolvimento profissional, o exercício qualificado do trabalho e da cidadania na perspectiva da transformação social.

Para o alcance desta proposta filosófica compromete-se com os seguintes valores:

Qualidade - Valorizar a nossa clientela escolar, no sentido de propiciar-lhe educação profissional crítica e política para que possa assumir uma postura transformadora perante a realidade do mundo do trabalho e do atendimento humanizado à saúde da população;

Participação - Trabalhar na construção coletiva das ações dos diferentes segmentos, buscando o desenvolvimento pessoal, profissional de toda a comunidade escolar e institucional;

Respeito pelo indivíduo - Respeitar a diversidade sócio cultural e técnico- profissional do trabalhador do SUS, sua dignidade, condições e oportunidades de cada indivíduo, para que todos possam exercer sua profissão com cidadania;

Inovação - Formar profissionais de saúde autônomos e motivados para as mudanças das práticas profissionais, requeridas no âmbito individual e coletivo, nos diferentes contextos, respeitadas as particularidades e especificidades loco - regionais.

Qualidade de vida - Oferecer à clientela conteúdos visando ampliar o seu patrimônio cultural e intelectual no campo da saúde, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida do sujeito que aprende, do sujeito que ensina e da população em geral.

A ESPMT em função da sua proposta educacional tem como Princípios:

- Independência e articulação das modalidades e graus de ensino oferecidos pela ESPMT;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e ético;
- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização teoria/prática;
- Identidade dos perfis profissionais voltados para a conclusão de cursos e currículos;
- Autonomia da Escola em seus Projetos: Político Pedagógico e Institucional
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Gratuidade do ensino público;
- Gestão democrática do ensino, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Desenvolvimento de competências para a laboralidade, promovendo estratégias pedagógicas que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino;
- Garantir a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- Pautar-se pela consolidação dos princípios e diretrizes organizativos do Sistema Único de Saúde;
- Atualização permanente de cursos e currículos;
- Valorização da vida e a prática da cidadania;
- Fortalecer a efetivação da Política de Educação Permanente e Continuada em Saúde.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Gerais

- Promover educação permanente e continuada, com vistas à profissionalização, atualização, aperfeiçoamento e especialização dos trabalhadores da saúde, bem como desenvolver programas de pesquisa e extensão.

- Preparar os profissionais vinculados ao SUS/MT, para o exercício das competências profissionais a eles requeridas, primando pelo pleno desenvolvimento destes, como sujeitos que fazem a história da saúde pública em Mato Grosso.

1.5.2 Específicos

- Oferecer a Educação Profissional nos níveis básico, médio e pós-médio na área de saúde e áreas correlatas, adequando o perfil da força de trabalho de nível médio às demandas geradas pela implementação da Política de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Oferecer educação permanente e continuada, por meio do seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, visando o constante aprimoramento ético, político, social e técnico-científico da força de trabalho de nível superior, vinculada ao Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Manter programa de educação permanente e continuada de atualização em saúde, da força de trabalho de nível médio e superior, vinculada ao Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas áreas de interesse do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso;
- Realizar atividades de extensão como instrumento de integração com a comunidade
- Participar do processo de educação popular para o desenvolvimento da consciência crítica, na perspectiva da participação social e da política de saúde no Estado de Mato Grosso;
- Promover, incentivar, realizar e divulgar pesquisas em áreas de interesse do SUS e estratégias para a SES/MT;
- Atender as demandas das unidades próprias, desconcentradas /descentralizadas da Secretaria de Estado de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Mato Grosso;

- Ofertar seus programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Pós-Graduação Lato Sensu de forma a atender às demandas recorrentes, devidamente legitimadas pelas instâncias deliberativas regionais.
- Oferecer, à medida da sua capacidade, seus Programas de Educação Profissional e de Pós-Graduação Lato Sensu à comunidade.
- Consolidar objetivos pedagógicos que incorporem os avanços epistemológicos, metodológicos e tecnológicos, de forma a garantir a formação com qualidade do quadro de profissionais vinculados ao SUS.
- Qualificar docentes considerando a política pedagógica institucional da ESPMT.
- Implementar processos de gestão e administração que contribuam para a consecução dos objetivos institucionais, junto aos diversos segmentos da ESPMT.
- Avaliar a atuação da ESPMT em todos os níveis de sua estrutura, visando contribuir para o aprimoramento da sua gestão administrativa e pedagógica, no cumprimento dos objetos e metas institucionais.

1.5.3 Área de Atuação

Escola de Saúde Pública caracteriza-se por ser uma Instituição especializada em uma das áreas do conhecimento, a Saúde, e tem compromisso com as políticas estabelecidas pelo poder público nacional, estadual e municipal.

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria nº 1996/GM, de 20 de agosto de 2007, veio regulamentar por meio de diretrizes a qualificação dos profissionais da área da Saúde em todos os níveis de atenção, considerando: o atendimento às demandas, o diagnóstico epidemiológico do estado, as prioridades do Pacto pela Saúde e os Programas Estratégicos da SES.

Cabe aos estados a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, observando as necessidades de formação, identificadas a partir das demandas prioritárias de saúde e das práticas profissionais relativas à implementação das políticas estruturantes do SUS tais como: Atenção Básica, Saúde Mental, Atenção à Mulher e a Criança, Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, Urgência e Emergência, entre outras, que

viabilizem a implantação de linhas de cuidado e Redes Regionalizadas e Integradas de Atenção para o enfrentamento dos principais problemas sanitários nas regiões.

Considerando a Política de Educação Permanente em Saúde, a Escola de Saúde Pública oferece educação Permanente e Continuada, por meio de cursos de Capacitação, Aperfeiçoamento, Profissionalização e Especialização Lato Sensu visando ao constante aprimoramento ético, político, social e técnico-científico da força de trabalho em saúde.

Todos os cursos são planejados, considerando o perfil epidemiológico de cada região do estado de acordo com as Políticas de Saúde e de Capacitação em Gestão de Recursos Humanos. E são organizados a partir de Competências e Conhecimentos que definem um perfil profissional que atenda às expectativas e necessidades do mundo do trabalho no setor Saúde/SUS/MT.

Os cursos de aperfeiçoamento e atualização constituem uma modalidade de educação não formal, com carga horária variável, e não estão sujeitos a regulamentação curricular junto ao sistema Estadual de Ensino, cuja Certificação é feita pela Escola, através da Gerência de Documentação e Registro e faz referência à frequência e a participação do aluno no curso.

Os projetos de cursos das unidades desconcentradas e descentralizadas da saúde pública, com carga horária inferior a 80 horas deverão ser encaminhados à Direção da ESPMT e, posteriormente, enviados ao Colegiado da Coordenadoria de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do protocolo, procederá à análise e emitirá parecer técnico.

Os cursos nas modalidades Profissionais e de Pós Graduação - lato sensu, são estruturados em regime modular/anual com carga horária de acordo com a especificidade do curso.

A ESPMT, além dos cursos oferecidos, tem também como função desenvolver pesquisas no âmbito da saúde, com vistas a contribuir cientificamente, com a melhoria da qualidade da assistência prestada pelo SUS.

Os projetos dos cursos de Educação Permanente acima de 80 horas deverão constar de: Justificativa, objetivos gerais e específicos, perfil de conclusão, competências gerais e específicas, habilidades a serem desenvolvidas (saber fazer, saber ser e saberes),

metodologia, avaliação, cronograma de execução e de estágio supervisionado e termo de convênio.

Na organização curricular dos cursos busca se contemplar temáticas referentes à descentralização e à reorganização do sistema e do serviço de saúde, dos agravos emergentes e reemergentes e aos danos causados ao meio ambiente, sem perder de vista os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, que fundamentam as práticas educativas.

A ESPMT, ao oferecer os cursos de Formação profissional, Aperfeiçoamento Atualização e Especialização, tem como objetivos:

- Ser, conviver e aprender na escola saberes e conhecimentos produzidos socialmente no campo das artes, das técnicas, das tecnologias e das culturas necessárias à compreensão do mundo, valorizando a vida e o viver socialmente organizados;
- Perceber - se enquanto construtor de sua própria história, ser social e indivíduo capaz de responder pelos seus próprios atos com autonomia e dignidade, superando o que está pronto, para produzir o novo, o mais significativo para si e para a sociedade.
- Compreender a importância de viver, participativamente, contribuindo para realizar propostas coletivas em diferentes contextos sociais, construindo laços baseados no respeito, no afeto e na solidariedade com o outro.
- Posicionar-se enquanto cidadão, defendendo na escola e fora dela, projetos de vida, aqueles destinados à formação e à consolidação da cidadania.

Por essa razão, a escola, enquanto espaço de construção de identidades autônomas, encaminha o trabalho pedagógico na perspectiva da diversidade cultural e das diferenças, de maneira que cada indivíduo se reconheça como sujeito do seu próprio conhecimento.

A preocupação da Escola de Saúde Pública com os problemas regionais permite e orienta suas ações para atuar de forma intensa, responsável, comprometida, objetivando o oferecimento de cursos nas diferentes modalidades: Pós-Graduação Lato Sensu, Ensino Profissionalizante, Pós Médio, Atualização e Aperfeiçoamento, na perspectiva da

preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e consequente melhoria individual e coletiva, para o bem-estar da comunidade em que se insere.

1.6 Metas para o Quinquênio 2016 – 2020

Em resposta às políticas públicas de formação, educação continuada e educação permanente, a ESPMT, por meio de suas respectivas Coordenadorias, planeja suas ações que devem ser executadas a cada cinco anos, em consonância com sua visão de futuro e em resposta às demandas prementes dos serviços de saúde prestados à população.

Salienta-se que, devido à falta de autonomia financeira, as ações descritas abaixo podem ser planejadas somente no ano anterior ao da efetiva execução, quando são disponibilizados os recursos orçamentários.

2. PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O PRÓXIMO QUINQUÊNIO

2.1. Flexibilidade Curricular

Os novos paradigmas baseiam-se numa razão aberta, dialógica que postula outra lógica, não binária, a qual, em vez de tentar eliminar a incerteza, a ambiguidade, a diferença, trabalha com elas.

Planos ou Projetos organizados por disciplinas expressam uma forma de organização que caracteriza um sistema fechado, linear, estável, pouco criativo, se as atividades complementares não garantirem flexibilidade, mobilidade e inovação necessárias.

Portanto, para as estratégias de flexibilização curricular serão contempladas com atividades diferenciadas por meio de:

- Atividades prático-teóricas.
- A educação centrada no aluno que implica que o estudante passe de uma função passiva a uma função ativa em que se veja envolto em um processo que lhe oferece oportunidades de uma aprendizagem significativa e relevante, e que lhe permitem aprender a usar o método científico, a encontrar informação, avaliar e desenvolver sua capacidade analítica mediante o papel estimulante. O aluno torna-se responsável por sua formação e a assume integralmente.
- Educação integrada. As matérias isoladas não permitem explicar as ciências básicas que são as que têm permitido o avanço na área das ciências sociais. Há necessidade de utilização e integração das ciências básicas às profissionais e esta atividade será uma proposta de flexibilização curricular na busca da integração.
- Aprendizagem baseada em problemas. Esse é o processo normal de aprendizagem na vida real de todo acadêmico trabalhador. A aprendizagem de temas isolados não permite analisar situações. Os problemas, ao estabelecerem a análise, permitem um treinamento analítico e conduzem à busca de informação relevante que se fixa melhor em padrões educacionais, já que são os que

correspondem aos contextos reais dos problemas de saúde. É a busca da realidade para ser analisada em disciplinas teórico-práticas.

Os problemas oriundos da realidade vivenciada constituem o trampolim que permite integrar e estudar segundo necessidades concretas. Também, por ele, o estudante confronta o caos da realidade diária com suas dificuldades éticas e com a complexidade objetiva do meio em que o estudante se encontra.

Na organização da atividade por problemas, serão especificados problemas que servirão para a sua consecução. Os alunos analisarão tais problemas sob ângulos diversos, considerando os determinantes sociais e levantarão questões planejarão formas de obter informações necessárias para encontrar alternativas, solução e avaliarão constantemente essas soluções propostas e também a própria forma de trabalhar e estudar. Serão organizados seminários integradores.

Estas atividades contribuem para o enriquecimento do perfil do profissional, do estabelecimento das competências exigida no exercício profissional, especificação das disciplinas capazes de conseguir para o aluno essas competências desejadas. Determinam-se competências básicas, competências técnicas e competências gerenciais necessárias ao profissional e às disciplinas que possibilitam a formação ao longo do curso.

A flexibilização curricular no Projeto procura expressar ações acessíveis à comunidade interna e externa por meio da flexibilidade, possibilitando o aprofundamento do conhecimento e as competências específicas que serão enriquecidos por meio de:

- Grupos de estudo envolvendo os alunos. Serão propostos temas específicos, com assuntos de interesse da saúde como um todo, procurando inter-relacionar esses conteúdos com as habilidades específicas do curso (conceituais, procedimentais e atitudinais) tendo como horizonte competências exigidas para o perfil profissional solicitado e definidas para o curso.
- Disciplinas de formação profissional estarão programando na internet discussões que oferecerão outras oportunidades ao aluno, o que permitem enriquecimento e ao mesmo tempo oportunizam a flexibilização curricular. Serão realizadas palestras, mini-cursos, apresentação de pesquisas.

A interdisciplinaridade proporcionará a integração com algumas disciplinas, num fazer conjunto, quando possível no desenvolvimento de projetos integrados. Serão realizados seminários, workshops, painéis na busca de atividades que proporcionem um fazer conjunto.

2.2 Avanços Tecnológicos

Avanços tecnológicos consistem também nos desafios de ensinar e educar com qualidade. No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreenderem áreas específicas do conhecimento integradas. Na educação, o foco além de ensinar é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, sempre numa perspectiva de totalidade. Educar é ajudar o aluno a integrar as dimensões da vida, a encontrar seu percurso intelectual, emocional, profissional, que contribuirão para modificar a sociedade. Educar é colaborar para que professores e alunos nas escolas e/ou organizações transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção de sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional, do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornem-se cidadãos realizados e produtivos.

Ensinar é um processo social de cada cultura, com suas normas, tradições e leis, mas também é um processo profundamente pessoal: cada um desenvolve um estilo, seu caminho. Ensinar depende também de o aluno querer aprender e estar apto a aprender em determinado nível, depende da maturidade, da motivação e da competência adquiridas.

Uma instituição tem por responsabilidade e compromisso social a incorporação de avanços tecnológicos para acompanhar as mudanças que acontecem de forma rápida.

A ESP projeta em sua proposta didático-metodológica algumas variáveis fundamentais e necessárias para acompanhar a tecnologia:

- ser uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um Projeto Pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada; tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas;

- ser uma organização que agrupe docentes bem preparados intelectual, emocional; motivados e com boas condições profissionais, e onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com os alunos que facilite conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los;
- ser uma organização que tenha alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Este é o desafio institucional e o desafio maior é caminhar para um ensino e uma educação de qualidade, que integre todas as dimensões do ser humano e que transitem de forma fácil entre o pessoal e o social.

Aprende-se realmente quando se consegue transformar a vida em um processo permanente, paciente, confiante e afetuoso de aprendizagem. Processo permanente, porque é inacabado. Paciente, porque os resultados nem sempre aparecem imediatamente e sempre se modificam. Confiante, porque aprende-se mais quando se tem uma atitude otimista diante da vida, do mundo e de nós mesmos. Processo afetuoso, de carinho, de ternura, de compreensão, porque nos faz avançar muito mais. A educação é um ato amoroso, segundo Freire.(autonomia) Um dos eixos das mudanças na educação passa pela sua transformação em um processo de comunicação autêntica e aberta entre professores e alunos, principalmente, incluindo administradores, funcionários e comunidade. Só vale a pena ser educador dentro de um contexto comunicacional participativo, interativo, vivencial. Só aprende-se dentro desse contexto. Não vale a pena ensinar dentro de estruturas autoritárias e ensinar de forma autoritária.

As instituições que quiserem evoluir terão que aprender a reeducar-se em ambientes mais significativos de confiança, de cooperação, de autenticidade. Isso as fará crescer mais, estarem mais atentas às mudanças necessárias.

As tecnologias ajudam a realizar o que já foi feito ou que desejamos fazer. Se forem pessoas abertas, elas ajudam a ampliar a comunicação; se fechados, ajudam a controlar mais. Quanto mais houverem propostas inovadoras, maior facilidade para a mudança.

Com ou sem tecnologias avançadas é possível vivenciar processos participativos de compartilhamento de ensinar e aprender por meio da comunicação mais aberta, confiante, de motivação constante, de integração de todas as possibilidades da

aula-pesquisa/aula-comunicação, num processo dinâmico e amplo de informação inovadora, reelaborada pessoalmente e em grupo, de integração do objeto de estudo em todas as dimensões pessoais: cognitivas, emotivas, sociais, éticas e utilizando todas as habilidades disponíveis do professor e do aluno.

Avança-se mais quando se aprende a equilibrar planejamento e criatividade, organização e adaptação a cada situação, a aceitar os imprevistos, a gerenciar o que se pode prever e a incorporar o novo, o inesperado. Planejamento aberto, o qual prevê que se está pronto para mudanças, para sugestões. Criatividade, que envolve sinergia, pôr as diversas habilidades em comunhão, valorizar as contribuições de cada um, estimulando o clima de confiança, de apoio.

Com a flexibilidade é possível adaptar às diferenças individuais, respeitar os diversos ritmos de aprendizagem, integrar as diferenças locais e os contextos culturais. Com a organização, busca-se gerenciar as divergências, os tempos, os conteúdos, os custos, estabelece-se os parâmetros fundamentais.

Colaboram para isto: traçar linhas de ação pedagógica maiores que norteiem as ações individuais, sem sufocá-las, respeitar os estilos de dar aula que dão certo, respeitar as diferenças que contribuam para o mesmo objetivo, personalizar os processos de ensino-aprendizagem, sem descuidar do coletivo, encontrar o estilo pessoal de dar aula, por meio do qual nos sintamos confortáveis e conseguimos realizar melhor os objetivos.

Alguns princípios norteadores de uma prática:

- Integrar tecnologias, metodologias, atividades, integrar texto escrito, comunicação oral, escrita, hipertextual, multimídia. Aproximar as mídias as atividades, possibilitando que transitem facilmente de um meio para o outro, de um formato para o outro. Experimentar as mesmas atividades em diversas mídias. Trazer o universo do audiovisual para dentro da escola.

- Variar a forma de dar aula, as técnicas usadas em sala de aula e fora dela, as atividades solicitadas, as dinâmicas propostas, o processo de avaliação. A previsibilidade do que o docente vai fazer pode tornar-se um obstáculo intransponível. A repetição pode tornar-se insuportável, a não ser que a qualidade do professor compense o esquema padronizado de ensinar.

- Planejar e improvisar, prever e ajustar-se às circunstâncias, ao novo. Diversificar, mudar, adaptar-se continuamente a cada grupo, a cada aluno, quando necessário.
- Valorizar a presença no que ela tem de melhor e a comunicação virtual no que ela nos favorece. Equilibrar a presença e a distância, a comunicação “olho no olho” e a telemática.

Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os variados procedimentos metodológicos. Também é importante que amplie, que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Não se trata de dar receitas, porque as situações são muito diversificadas. É importante que cada docente encontre sua maneira de sentir-se bem, comunicar-se bem, ensinar bem, ajudar os alunos a aprender melhor. É importante diversificar as formas de dar aula, de realizar atividades, de avaliar.

A tecnologia tem contribuído para avanços na educação. O computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, ideias; produzir novos textos, avaliações, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto, apoiar-se em algo semidesenhado para complementá-lo até criar algo diferente, sozinho ou com outros, um meio de comunicação poderoso para o ensino e aprendizagem. Com a internet pode-se modificar mais facilmente a forma de ensinar e aprender tanto nos cursos presenciais como nos cursos a distância. São muitos os caminhos, que dependerão da situação concreta em que o professor se encontrar: número de alunos, tecnologias disponíveis, duração das aulas, quantidade total de aulas que o professor dá por semana, apoio institucional. Alguns parecem ser atualmente, mais viáveis e produtivos.

É possível utilizar a tecnologia empregando dois modos de comunicação: o presencial e o virtual, valorizando o melhor de cada um deles.

Estar juntos fisicamente é importante em determinados momentos fortes: conhecer, criar elos, confiança, afeto. Conectados, pode-se realizar trocas mais rápidas, cômodas e práticas.

Realizar atividades no ensino presencial como: comunidades, criar grupos afins (por algum critério específico), definir objetivos, conteúdos, formas de pesquisa de temas novos, traçar cenários, passar as informações iniciais necessárias para situar diante de um novo assunto ou questão a ser pesquisada.

A comunicação virtual permite interações espaço-temporais mais livres a adaptação a ritmos diferentes dos alunos, novos contatos com pessoas semelhantes, fisicamente distantes, maior liberdade de expressão à distância.

Por dificuldades culturais e educacionais de abrir-se no presencial, tem-se mais sucesso na utilização de certas formas de comunicação a distância.

À medida que avançam as tecnologias de comunicação virtual, o conceito de presencialidade também se altera. É possível ter professores externos compartilhando determinadas aulas, e um professor de fora “entrando” por videoconferência na minha aula. Haverá um intercâmbio muito maior de professores, por meio do qual cada um colaborará em algum ponto específico, muitas vezes à distância.

O conceito de curso, de aula, também muda. Hoje entende-se por aula um espaço e um tempo determinados. Esse tempo e esse espaço serão cada vez mais flexíveis. O professor continua “dando aula” quando está disponível para receber e responder a mensagens dos alunos, quando cria uma lista de discussão e alimenta continuamente os alunos com textos, páginas da internet, fora do horário específico da sua aula. Há uma possibilidade cada vez mais acentuada de estarmos todos presentes em muitos tempos e espaços diferentes, quando tanto professores quanto alunos estão motivados e entendem a aula como pesquisa e intercâmbio, com os alunos sendo supervisionados e incentivados pelo professor.

Ensinar com as novas mídias será uma revolução se houver mudanças nos paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, consegue-se apenas um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar a rever, a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender.

Para que essa mudança aconteça faz-se necessário uma formação continuada e que esta constitua gradativamente um espaço pedagógico permanente na Escola de Saúde.

Segundo Canário (2000 apud JUNQUEIRA, 2000, p. 77):

A otimização do potencial formativo dos contextos de trabalho passa, em termos de formação, pela criação de dispositivos e dinâmicas formativas que facilitam a transformação das experiências vivida no cotidiano profissional, em aprendizagem a partir de um processo auto-formativo, marcado pela reflexão e pela pesquisa individual e coletiva. É essa articulação entre novos modos de organizar o trabalho e novos modos de organizar a formação (centrada no contexto organizacional) que facilita e torna possível a produção simultânea de mudanças individuais e coletivas.

É sabido que mudanças numa organização social não significam apenas mudanças de ações individuais, mas, como essas ações se inter-relacionam entre si, coletivas e, conseqüentemente, a articulação entre todos os envolvidos no processo. Isto tem como consequência mudar uma cultura individualista por um trabalho baseado na cooperação, participação, colaboração e criação. Significam trabalho em equipe e produção de materiais.

Um plano de formação contínua de professores será instrumento essencial na proposta de uma gestão que servirá de base para um processo dinâmico de organização.

As práticas de formação continuada propostas na ESP pretendem que a formação tenha característica de intervenção, buscando respostas às necessidades reais, partindo da problemática dos docentes, sempre pela revisão e análise crítica da prática vivenciada. É a reflexão conduzida de modo sistemático e finalizada, que permite transformar a experiência num saber utilizável. CANÁRIO (2000, p.82).

Contreras (2002, p. 105) complementa:

Conseqüentemente um processo de reflexão crítica permitiria aos professores avançarem para um processo de transformação da prática pedagógica, mediante sua própria transformação como intelectuais críticos, e isso requer primeiramente a tomada de consciência dos valores e significados ideológicos nas atuações de ensino e nas instituições que sustentam, e, em segundo lugar, uma ação transformadora dirigida a eliminar a irracionalidade e a injustiça existente em tais instituições. Para isso, é necessário promover entre

o professores um tipo de questionamento daquilo que tinham como certo, de modo que hoje se transforme em algo problemático, abrindo-se a novas perspectivas e dados da realidade.

A Formação Continuada na ESPMT tem compromisso com os docentes para que reconheçam em sua prática, fatores que limitam sua atuação e oportunizem situações e que eles próprios pudessem alterar essas situações, percebendo, descobrindo que pode-se trabalhar de forma diferente, não mais como simples técnico, reproduzidor de ideias alheias. Smyth (1986, p. 23 apud CONTRERAS, 2002, p. 166).

2.3 Atividades Práticas e Atividades Curriculares

O Estágio Curricular, previsto nos planos dos cursos, tem como objetivo complementar, em situações reais de trabalho, a formação, configurando-se como um momento de contextualização das competências e de pôr em prática o aprendizado.

A carga horária destinada aos estágios curriculares será acrescida de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) à carga horária definida para a habilitação profissional na Área da Saúde.

Nos casos em que a programação curricular exceder o mínimo fixado para a habilitação em questão será mantido o percentual de 50% (cinquenta por cento) destinados aos estágios curriculares.

O estágio só poderá ser iniciado depois de cumprido pelo menos dois terços da carga horária mínima fixada para as matérias profissionalizantes.

O estágio do currículo integrado, quando em aplicação, ocorre concomitante à prática profissional no ambiente de trabalho.

Para a realização do estágio curricular a SES-MT, mantenedora da ESPMT, firma convênios com empresas e/ou instituições públicas ou privadas, da área de interesse.

Os estágios não acarretarão para as empresas ou instituições nenhum vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.

Os estágios dos programas de qualificação e/ou habilitação são objetos de programações específicas, nas quais fiquem estabelecidas suas estruturas, as normas

de funcionamento, bem como a sistemática de acompanhamento, supervisão, controle e avaliação pelos técnicos da ESPMT.

Os estágios são sempre supervisionados por profissionais, cuja formação acadêmica corresponda à mesma subárea profissional do curso em questão.

2.4 Inovações

A proposta de um currículo por competências, exige que a Escola busque formas alternativas criativas para implementar a nova forma de enfrentar a problemática educacional, encaminhando atividades de aprendizagem que tenham compromisso com a formação do profissional crítico criativo e com habilidades necessárias para resolver problemas do meio no qual se insere.

Com esta visão de um novo paradigma, a Escola vem buscando trabalhar nas diferentes modalidades de ensino, todas ancoradas nas Metodologias Ativas. Oferecendo, assim, diferentes possibilidades para o desenvolvimento de competências e habilidades, colocando o aluno diante da realidade e confrontando-a com as teorias do conhecimento específico.

A Escola, Instituição formadora, busca consolidar uma ambiência educativa, que efetivamente gere aprendizagem, implicando em cruzar fronteiras (a do gênero, da classe, da cultura), reconfigurar saberes, poderes e cartografar espaços de reflexão nas múltiplas atividades da vida. Busca-se, portanto, um espaço harmônico, de negociação constante; pouco estruturado e organizado, lugar em que o devaneio e o sonho tenham lugar garantido.

As dimensões políticas estarão consubstanciadas na reflexão, problematização da prática diária associada à pesquisa científica, aplicada para a reconstrução e construção de novos conhecimentos na esfera da Saúde Pública, numa abordagem metodológica interdisciplinar.

As metodologias ativas não são uma inovação no aspecto teórico na ESPMT, mas na prática é uma proposta inovadora e realista na relação teoria/prática.

3 CORPO DOCENTE

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso não possui em seu quadro de servidores efetivos o perfil de docente. Para o cumprimento do seu desiderato, foi aprovada a Lei nº 8.151 de 08 de julho de 2004, que instituiu a atividade de magistério, no âmbito das escolas dos órgãos e instituições públicas estaduais.

A atividade de magistério no âmbito das escolas dos órgãos e instituições públicas estaduais é classificada como atividade de magistério interno e magistério externo.

Compõe o quadro de atividade de magistério interno os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo estadual, os ocupantes de funções comissionadas e empregados públicos da administração direta e indireta do Estado.

Compõe o quadro de atividade de magistério externo aqueles que não tem vínculo empregatício com órgãos da administração direta ou indireta do Estado, mas que assumem eventualmente as funções de docentes nos cursos de formação profissional.

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso é responsável pela administração financeira e pelo processo de ingresso desses profissionais, para executar as atividades de magistério.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: Para o exercício de atividade docente a ESPMT faz chamada pública via Editais de seleção nas modalidades interna e externa. Só ocorre a chamada externa via edital e seleção, caso o quadro interno da SES-MT não disponha de profissionais qualificados e/ou disponíveis para esta atividade.

Para participar dos editais de seleção, os candidatos deverão comprovar o nível de escolaridade e/ou sua titulação, bem como a experiência docente e profissional compatível com o curso, nível e modalidade de ensino a serem ofertados pela ESPMT.

CONTRATAÇÃO: A contratação dos profissionais para o exercício do magistério externos tem caráter temporário, e dar-se-à obedecendo a critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Os profissionais selecionados via edital, participam de oficinas pedagógicas promovidas pela ESPMT, respeitadas as especificidades das modalidades dos cursos a serem oferecidos e realizados, conforme abrangência das subáreas da saúde.

O conjunto de docentes da ESPMT, tanto do quadro interno como do quadro externo, buscam a efetivação da proposta pedagógica da escola junto à comunidade escolar. A proposta tem como fundamentos os pressupostos teórico- metodológicos educacionais na perspectiva sócio - crítica e emancipatória que valoriza o desenvolvimento global do ser humano, proporcionando condições para a conquista da cidadania e do bem comum.

A expansão do corpo docente para o quinquênio 2011 - 2015 será garantido mediante à expansão dos cursos e demandas originárias da Política de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, bem como, daquelas oriundas das necessidades loco - regionais.

4 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A ESPMT em sua sede conta com um quadro de profissionais efetivo de nível superior e médio nas diversas subáreas de formação profissional da área de saúde e afins, que desenvolvem funções técnicas e administrativas, atuando no planejamento, na coordenação, acompanhamento e eventualmente, como docentes nos cursos das subáreas específicas da saúde, oferecidos pela Escola.

O seu quadro de profissionais contempla os quatro cargos de carreira do SUS, os quais são: Profissional de Nível Superior do Sistema Único de Saúde; Técnico do Sistema Único de Saúde; Assistente do Sistema Único de Saúde e Apoio de Serviços do Sistema Único de saúde.

A ESPMT conta também com estagiários, terceirizados, cedidos e comissionados, somando um total de 95 trabalhadores.

PLANO DE CARREIRA - A Lei nº 8.269 de 29 de dezembro de 2004, instituiu o Plano de Carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso. Segundo a Lei os cargos de provimento efetivo da Carreira dos profissionais do Sistema Único de Saúde do quadro de pessoal da SES-MT são organizados e observarão notadamente entre outros, a vinculação à natureza das atividades da SES-MT e aos objetivos da Política de Saúde do Estado de Mato Grosso, respeitando-se a habilitação exigida para ingresso no cargo, vinculada diretamente ao seu perfil profissional e ocupacional, correspondente à qualificação do servidor.

REGIME DE TRABALHO - O quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde, constitui-se dos servidores efetivos e os estáveis no serviço público estadual. Integram também o quadro, os cargos de provimento em comissão e os profissionais contratados temporariamente. A jornada de trabalho dos servidores da SES é de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO - Segundo a Lei acima referida, o programa de qualificação profissional para o SUS é formulado pela Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, centro formador de recursos humanos para o SUS, em conjunto com as demais unidades da SES-MT, cujo objetivo, entre outros, é a universalidade

técnico-científico e profissional da qualificação e promoção dos trabalhadores do SUS, como agente de transformação das práticas e modelos assistenciais na área da saúde pública.

Cabe a ESPMT e demais unidades responsáveis, elaborar a programação anual de qualificação profissional para os profissionais do SUS, com os seus correspondentes conteúdos de formação e respectivos custos, para fins de apreciação e aprovação pelo Secretário de Estado de Saúde.

PERFIL PROFISSIONAL LOTADOS NA ESP/MT

Nº	CARGO	PERFIL PROFISSIONAL	QUANT.	Quantidade de servidor por setor				
				DIR	COADES	COGEPE	COFTES	COEPE
1	PTNSSS SUS	Administrador de empresas	01	01	-	-	-	-
2	PTNSSS SUS	Analista de Sistema	01	-	01			
3	PTNSSS SUS	Assistente Social	03	01	-	-	01	01
4	TAIG -	Bibliotecário	01	-	-	01	-	-
5	PTNSSS SUS	Contador	03	-	03	-	-	-
6	PTNSSS SUS	Economista	01	-	01	-	-	-
7	PTNSSS SUS	Enfermeiro	06	-	-	01	02	03
8	PTNSSS SUS	Engenheiro Sanitarista	01	-	-	-	01	-
9	PTNSSS SUS	Farmacêutico/bioquímico	01	-	-	-	01	-
10	PTNSSS SUS	Nutricionista	02	-	-	-	-	02
11	PTNSSS SUS	Odontólogo/Cirurgião Dentista	03	-	-	-	03	-
12	PTNSSS SUS	Psicólogo	01	-	-	-	-	01
13	PTNSSS SUS	Publicitário/Téc. Com. Social	01	01	-	-	-	-
14	PTNSSS SUS	Téc. Em Educação Artística	01	-	01	-	-	-
15	PTNSSS SUS	Técnico Assuntos	07	01	01	04		01

		Culturais e Ed.						
16	PTNMSS SUS	Assistente Administrativo	22	03	13	03	02	01
17	PTNMSS SUS	Tec. Órtese e prótese	01	-	01	-	-	-
18	PTNMSS SUS	Motorista	01	-	01	-	-	-
19	Servidores cedidos (Funasa)	Agentes de saúde pública	03	-	03	-	-	-
20	Servidor cedido (SES)	Analista de Sistema	01	-	-	01	-	-
	TOTAL		61	07	25	10	10	09

Fonte: COADES/GP /2017

A expansão do pessoal técnico administrativo da ESPMT se submete à realização de concursos de provas e títulos, a serem realizados pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

CARGO	PERFIL PROFISSIONAL	QTDE	C.H
PTNMSS do SUS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	12	40
PTNMSS do SUS	MOTORISTA	01	40
PTNMSS do SUS	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	02	40
PTNSSS do SUS	ASSISTENTE SOCIAL	02	40
PTNSSS do SUS	ENFERMEIRO	03	40
PTNSSS do SUS	BIOQUÍMICO E OU BIÓLOGO (COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE FORMAÇÃO COM DISPONIBILIDADE PARA VIAJAR)	01	40
PTNSSS do SUS	ENGENHEIRO SANITÁRIO	01	40
PTNSSS do SUS	TÉC. EM ASSUNTO CULTURAIS E EDUCACIONAIS – PEDAGOGO	05	40
PTNSSS do SUS	TÉC. EM ASSUNTO CULTURAIS E EDUCACIONAIS – LETRAS	01	40
PTNSSS do SUS	PSICÓLOGO	01	40
PTNSSS do SUS	ODONTOLOGO	01	40
PTNSSS do SUS	ANALISTA DE SISTEMA	02	40
PTNSSS do SUS	ANALISTA DE SISTEMA	01	30
PTNSSS do SUS	BIBLIOTECÁRIO	01	40
PTNSSS do SUS	PUBLICITÁRIO	01	40
PTNSSS do SUS	WEB DESIGNER	01	40
		36	

Fonte - Gerência Administrativa da ESPMT- 2017

A ESPMT tem como recurso, quando da necessidade deste pessoal, recorrer a processos de remanejamento de servidores, de outros setores da SESMT.

5 CORPO DISCENTE

O Corpo Discente da ESPMT é constituído de trabalhadores do Sistema Único de Saúde, que atuam na Prevenção, Promoção e Recuperação, nos níveis de atenção Primária, Secundária e Terciária da Saúde, bem como na Gestão da Saúde Pública em Mato Grosso.

O perfil profissional dos discentes tem sua abrangência considerando a identidade de cada curso oferecido pela ESPMT. Nos projetos dos cursos são estabelecidas as competências que delinearão as capacidades/habilidades profissionais requeridas e esperadas, frente às mudanças que o profissional enfrenta e enfrentará em função das condições locais e regionais, no seu campo de atuação.

Neste sentido, a ESPMT busca formar um profissional com as competências (saber, saber fazer e saber ser e conviver) que lhe permita transcender, além do trabalho prescrito, entender o processo de trabalho como um todo, tendo em vista as necessidades locais de atuação como referência as bases científicas e tecnológicas, compreendendo e transformando a realidade na qual está inserido, com o intuito de garantir a melhoria dos serviços de saúde, prestados à população.

5.1 Forma de Acesso

O acesso aos cursos realizados pela ESPMT tem como requisitos:

- Ser maior de 18 anos;
- Ser classificado no processo seletivo;
- Efetuar a Matrícula.

O processo seletivo é constituído em três fases:

1a Fase - análise do Currículum Vitae/ Escolaridade;

2a Fase - Prova escrita com perguntas sobre conhecimentos e conteúdos específicos da área de abrangência de formação;

3a Fase - para cursos Técnicos de Nível Médio é exigido prova prática para sondagem de habilidades.

5.2 Organização Estudantil / Convivência

Os discentes que estudam na sede da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso dispõe de uma área privilegiada para a convivência estudantil.

A escola oferece em suas dependências espaço para a pesquisa via internet, com acesso gratuito.

Encontra-se também à disposição do quadro discente um refeitório, local este onde os mesmos fazem refeições, quando da participação de cursos em período integral na ESPMT.

Contam também com um auditório - capacidade para 120 poltronas, local este, disponível para que os mesmos o utilizem com atividades educativas, bem como as culturais.

Há que se ressaltar, a existência e disponibilidade do Parque Zé Bôlo Flô, ao entorno da ESPMT, local este destinado à atividades físicas e caminhadas, para a comunidade em geral. Além de proporcionar as atividades anteriormente referidas, dá suporte ao currículo escolar, no tocante à aulas de campo, considerando adimensão dos conteúdos curriculares, quando da identificação dos mesmos, com a diversidade vegetal, topografia, relevo e animais silvestres, lá existentes.

5.3 Acompanhamento dos Egressos

Considerando a linha de tempo – 1993 a 2010 - a ESPMT tem sido protagonista na formação dos trabalhadores do SUS, contribuição significativa para o sistema de saúde de Mato Grosso. Há que se ressaltar que esta Escola na sua trajetória tem prestado relevante serviço para a consolidação do nosso sistema de saúde. Seria inimaginável ver Mato Grosso sem a ESPMT.

Cada trabalhador da saúde pública, hoje laborando nos mais diversos Municípios deste Estado, sem sobra de dúvida, tem sua formação profissional permeada pela política da educação permanente, seja na Formação Técnica em Nível Médio, Qualificação, Atualização, Aperfeiçoamento, seja, na Pós Graduação lato sensu.

A produtividade da ESPMT neste espaço de trabalho e tempo, conseguiu certificar em torno de 55.865 (cinquenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e cinco) trabalhadores do SUS, em Mato Grosso.

Diante desta realidade e efetividade do trabalho já realizado, a ESPMT tem como projeto avaliar a formação e a trajetória profissional desses egressos, a partir de uma pesquisa neste universo.

A ESPMT, no decorrer de 2011, realizará a pesquisa tendo como objetivo potencializar as atividades escolares, no sentido de melhorar e cumprir a sua responsabilidade social.

Esta pesquisa tem como pressuposto a vivência escolar dos discentes, no tempo de sua formação e sua experiência na vida profissional. Com certeza, trazendo informações críticas e objetivas em relação à qualidade dos cursos e a qualidade da formação desses profissionais. Além do mais, esta pesquisa vem atender ao Programa de Auto Avaliação Institucional, em conformidade com o que preceitua o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A ESPMT para responder a finalidade da formação profissional dos trabalhadores do SUS tem sua estrutura organizada levando em consideração o binômio atividade-meio e atividade-fim, como elemento de sustentação de suas ações educativas e de sua existência institucional.

Enquanto atividade meio, a gestão escolar tem como função precípua assegurar e efetivar as condições políticas, técnicas, materiais, humanas e financeiras, voltadas para a execução das ações educativas explicitadas neste PDI, emanadas das políticas de educação permanente de saúde pública estadual e nacional.

Para tanto há que ser assegurado três princípios básicos orientadores da gestão democrática na Escola: autonomia, descentralização e participação. Neste sentido, privilegiam-se processos de tomada de decisões coletivas do corpo técnico, pedagógico e gerencial, em todas as instâncias de deliberações, considerando os interesses e necessidades da comunidade escolar.

Enquanto atividade-fim a ESPMT tem como compromisso educacional elaborar, executar, acompanhar e avaliar propostas pedagógicas inovadoras que respondam as necessidades formativas dos profissionais da saúde, para a melhorarem o atendimento, nas ações de prevenção, cura e reabilitação aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Esta atividade-fim requer dos agentes, no trabalho formativo, a observância aos princípios orientadores da ação pedagógica, que se traduzem em: contextualização, problematização, e resignificação dos saberes e a transformação do fazer e do ser enquanto profissional da saúde.

Desta forma, se busca a construção permanente da identidade dos profissionais da saúde, na perspectiva da sua autonomia, seu desenvolvimento profissional e do seu reconhecimento e valorização social.

Assim, a ESPMT deve garantir na sua política pedagógica, um corpo de professores comprometidos com o seu próprio desenvolvimento profissional, com os princípios pedagógicos da Escola e com a mudança das práticas nos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso busca consolidar seu Projeto, organizando seu processo de trabalho administrativo, pedagógico e financeiro, para garantir a sua autonomia, enfocando a responsabilidade de todos, sem deixar de considerar os outros níveis da esfera administrativa educacional.

A Escola considera a dimensão pedagógica a sua essência, dado a natureza de sua função político-social, e compreende que as questões administrativas e financeiras são essenciais, para garantir a sustentabilidade do seu fazer pedagógico.

A articulação da Escola e a participação dos diferentes segmentos da sociedade em todo o Estado é garantida através das salas de aula na sede e nas descentralizadas. Este fato representa uma conquista porque viabiliza a participação cada vez maior e mais expressiva da comunidade escolar, em relação à escola. Esta descentralização proporciona a existência de diferentes canais de comunicação através dos quais são levantadas necessidades e definidas ações, que consideradas as demandas serão contempladas no projeto político-pedagógico.

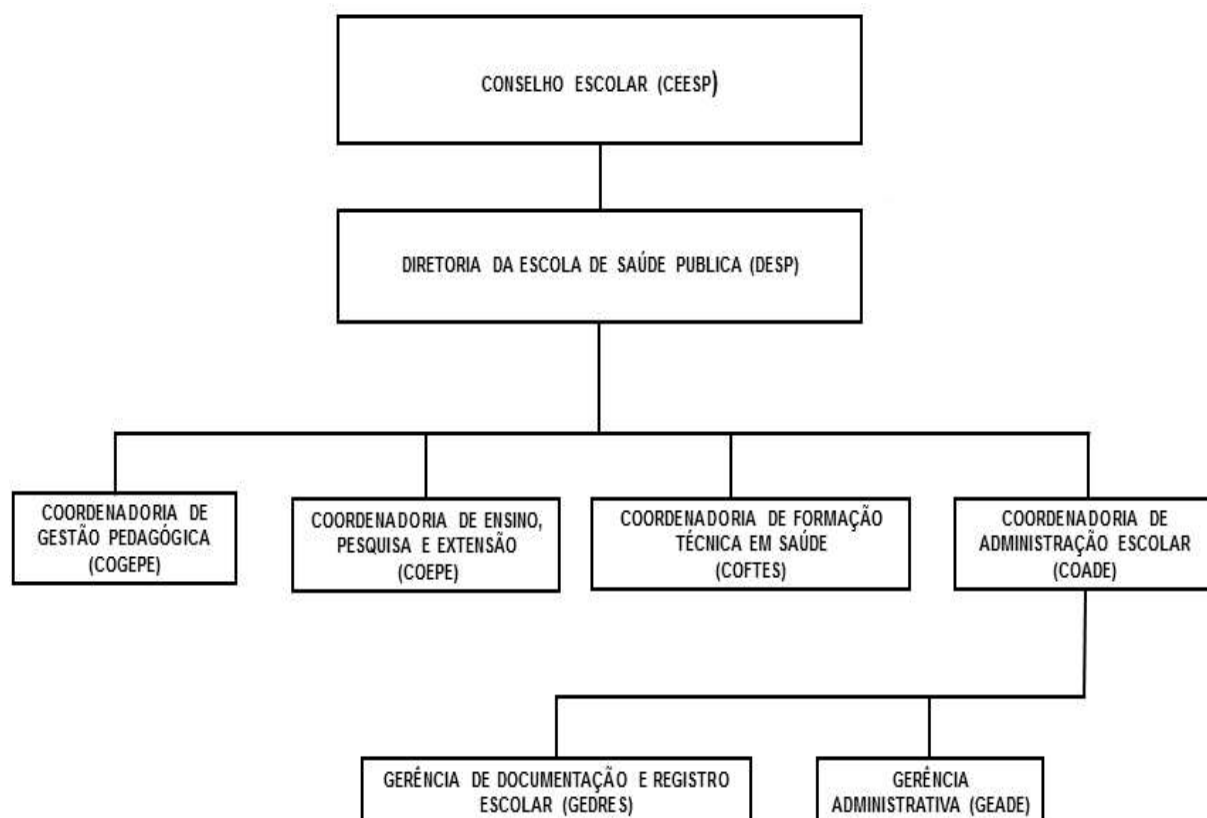
A gestão da administração desta escola é exercida através da função de direção e coordenação, onde coletivamente são integrados e articulados todos os elementos do processo organizacional, buscando convergir esforços e responsabilidades das pessoas, no sentido de atingir os objetivos e metas educacionais propostos por esta Escola.

6.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso está representada no Organograma:

- Conselho Escolar
- Diretoria
- Coordenadorias
- Gerências

ORGANOGRAMA DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MATO
GROSSO – ESPMT – DECRETO Nº 1.816 DE 05/02/2009



6.1.1 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é a instância deliberativa, organizativa e consultiva que congrega representantes dos segmentos da comunidade escolar, da SES-MT, CEE- MT, COSEMS, SISMA, CIB, nos termos do Regimento Escolar da ESPMT.

Como instância máxima de deliberação coletiva da Escola, o Conselho Escolar deve resguardar em suas decisões, os interesses de ordem pública, visando a qualidade dos serviços educacionais, oferecidos ao Sistema Único de Saúde de Mato Grosso.

No cumprimento de suas funções deve privilegiar tomada de decisões, que implementem diretrizes políticas concernentes ao pedagógico, ao administrativo e ao

financeiro desta Instituição. Na especificidade da função consultiva deve primar pela emissão de pareceres, propostas alternativas, soluções e procedimentos, para a melhoria das ações administrativas e, principalmente do processo ensino- aprendizagem.

6.1.2 Diretoria Geral

O Diretor escolar como liderança legitimada e responsabilidade de ofício organizar, coordenar e avaliar junto a cada segmento escolar e coletivamente as diferentes atividades da escola, efetivando a articulação político - pedagógica e administrativa intra e extraescolar, bem como com a comunidade em geral.

A Direção da Escola conta com uma equipe de profissionais que desenvolvem funções específicas junto aos setores: Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Extensão e respectiva Gerência, Coordenadoria de Formação Técnica em Saúde, Coordenadoria de Administração Escolar e respectivas Gerências, bem como com Profissionais Técnicos do SUS, que compõem parte do quadro docente da Escola, como também os Técnicos Administrativos e Apoio, que buscam um fazer coletivo, comprometido com a transformação social e consolidação do SUS no Estado de Mato Grosso.

6.1.3 Coordenadorias

As Coordenadorias de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE e de Formação Técnica em Saúde - COFTES, respondem por todas as atividades relativas aos programas de educação permanente dos trabalhadores da saúde, vinculados ao SUS, tais como: formação profissional, qualificação, aperfeiçoamento e Pós- Graduação, bem como pelos processos e procedimentos de pesquisa e extensão.

As coordenadorias em parceria com as demais áreas da Secretaria de Estado de Saúde e instituições afins visam a melhoria dos serviços do Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso.

Compete às Coordenadorias proporem, organizarem, coordenarem, supervisionarem e avaliarem programas e projetos, bem como ações específicas voltadas para a execução das atividades fim e meio da Escola.

As referidas coordenadorias representam um dos aspectos da direção, significando a articulação e a convergência do esforço de cada integrante de equipes de trabalho, visando atingir os objetivos propostos no tempo e no espaço, programados pela Escola.

A Coordenadoria de Administração Escolar (COADES) tem como missão coordenar, acompanhar e avaliar o processo de planejamento, execução orçamentária, além de intermediar junto a SES a execução dos serviços administrativos e tecnológicos, apoiando a área finalística no alcance dos seus resultados conforme as diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde em consonância com a legislação vigente.

Fazem parte da Coordenadoria de Administração Escolar como setores meios possibilitam o funcionamento da ESPMT no cumprimento efetivo da sua Missão e Responsabilidade na formação dos profissionais de saúde para o SUS.

O respectivo coordenador tem a responsabilidade de integrar, reunir esforços, liderar, concatenar o trabalho de diversas pessoas, motivando e articulando o quadro de pessoal que a compõe, para a efetivação das ações e propostas a serem levadas a efeito pela Escola.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica exerce suas funções obedecendo aos princípios e diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico e Institucional da ESPMT, em estrito cumprimento aos dispositivos constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros institutos legais emanados do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e do Regimento Escolar.

Sendo assim, é responsável pelo acompanhamento, monitoramento, orientação e apoio aos processos e programas de formação e educação permanente e continuada mantidos pela ESPMT, nos aspectos didáticos e pedagógicos.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica responde também pelos serviços de informação e comunicação por meio da Biblioteca, Programa Telessaúde e Vídeo Saúde Distribuidora como órgão integrante da estrutura organizacional da ESPMT.

6.1.4 Gerências

A Gerência de Documentação e Registro Escolar (GEDRES) tem como missão executar atividades referentes ao controle e guarda das documentações dos Registros Escolares do corpo docente e discente de todos os Cursos ofertados pela ESPMT.

Já a Gerência Administrativa (GA) tem a missão de viabilizar ações administrativas relacionadas ao funcionamento e manutenção da ESPMT, competindo-lhe, dentre outras atribuições: Acompanhar a execução dos contratos, serviços, recebimento e distribuição de materiais, controle patrimonial e do almoxarifado e gerenciar os serviços de logística;

6.2. Órgãos Colegiados de Natureza Pedagógica

O Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESPMT tem como responsabilidade definir e dar providências aos procedimentos relativos ao processo seletivo e de ingresso ao Programa de Pós-Graduação.

A este Colegiado cabe estabelecer normas e procedimentos para orientação da elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso, tendo ainda como função coordenar as atividades do Programa em comento, como também propor medidas e definições para a sua política.

Este Colegiado é constituído pelos seguintes membros: Coordenador da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão; Gerente de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Gerente Pedagógico; Responsáveis técnicos pelos cursos de Pós-Graduação em andamento; representantes do corpo docente da Pós- Graduação devidamente cadastrado junto ao Programa.

O Colegiado dos cursos do Programa de Pós-Graduação da ESPMT é um órgão responsável pelas decisões técnico-pedagógicas e administrativas requeridas para o funcionamento e pelo zelo da qualidade dos cursos de Pós-Graduação lato sensu.

O Colegiado de Curso é constituído pelos seguintes membros: Coordenador da Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão; Gerente Pedagógico; Gerente de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; Responsáveis técnicos pelos cursos de

Pós-Graduação em andamento; 1 (Um) representantes do corpo docente do curso; 1 (um) representantes do corpo discente do curso.

As representações discentes e docentes serão eleitas pelos seus pares, para mandato com duração equivalente ao do curso. Cada representação que constitui o colegiado dos cursos do Programa de Pós-Graduação terá o seu respectivo suplente.

6.3 Relações de Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

As articulações interinstitucionais para a educação em saúde se constituem em espaços de planejamento, gestão e mediação para que as diretrizes políticas de ordenação da educação para o SUS se materializem, em sintonia com as necessidades institucionais.

A estreita sintonia da ESPMT com as demais instituições formadoras, com os prestadores serviço em saúde e com a gestão municipal e regionalizada são condições que podem garantir, quantitativo e qualitativamente a implementação de uma política de formação do profissional da saúde, orientada para o SUS.

Assim é romper com os atuais paradigmas de gestão e garantir recursos necessários ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, em saúde coletiva.

Com uma articulação interinstitucional ocorre à quebra da regra, a verticalidade única e é superada a racionalidade hegemônica da gestão da educação em saúde, ocorrendo mudanças por dentro em seus atos, desestabilizando as estruturas tradicionais.

O sentido da efetivação desta política, a ESPMT mantém parcerias sob a forma de cooperação técnica, com estabelecimentos de saúde (públicos e privados), com instituições de ensino, unidades da administração direta federal, estadual e municipal, instituições colegiadas do SUS, Entidades de representação de classe e sociedade civil organizada de controle social.

7 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, na dimensão de avaliação interna, ou auto-avaliação é necessária ao desenvolvimento institucional, na medida em que agrega valores de qualidade que permitem:

- Realizar a análise situacional da escola, possibilitando à coordenação processo de avaliação acompanhar e intervir de forma eficaz no desempenho institucional.
- Avaliar o projeto pedagógico institucional, a infra-estrutura, os gestores, os professores e os alunos, identificando os problemas e potencialidades.

Estabelecer soluções para cada problemática encontrada, reduzindo-as ou superando-as.

- Elaborar um plano de ação com definição de objetivos, recursos (humanos/financeiros/físicos/materiais), prazos, responsabilidades, com vistas execução das soluções apontadas e seu acompanhamento.
- Divulgar os resultados da avaliação institucional na escola, discutindo-os e redirecionando as necessidades detectadas.
- Rever os objetivos e metas estabelecidas, tomando por base os resultados da Avaliação Institucional.

A avaliação Interna ou Auto-avaliação permite ainda, gerar na clientela interna a autoconsciência de sua realidade, comprometendo-se com a transformação da mesma.

São várias as estratégias que poderão ser adotadas para a efetivação dessa dimensão da Avaliação, dentre as quais, destaca-se: sensibilização do público interno, através de reuniões, palestras, seminários, workshops, oficinas motivacionais, outros; aplicação de instrumentos de pesquisa; análise e discussão dos resultados obtidos; elaboração e utilização dos relatórios elaborados; (re)planejamento dos objetivos, metas e ações, para adaptação e adequação aos resultados da pesquisa de opinião.

7.1 Procedimentos de Auto-Avaliação Institucional

A auto-avaliação institucional prevista neste PDI compreende os seguintes itens:

- Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação;
- Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
- Formas de utilização dos resultados das avaliações.

7.2 Metodologia e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Avaliação

A auto-avaliação institucional da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso - ESPMT não será efetuada tomando-se como referência exclusiva, padrões e critérios uniformes, aplicáveis indiferentemente a toda e qualquer instituição. Ao contrário, deverá ser construída à luz do seu PP1, das prioridades e objetivos estabelecidos em termos da oferta de ensino, do desenvolvimento da pesquisa e das atividades de extensão.

A participação da comunidade escolar, através da divulgação e análise dos resultados da auto-avaliação se constitui em práticas que serão consolidadas e institucionalizadas.

Todo o processo avaliativo está voltado para a visão de futuro da instituição, bem como, para a sua missão em formar e qualificar profissionais da saúde que tenham competências compatíveis com as exigências do Sistema Único de Saúde de Mato Grosso.

Participarão do processo de avaliação a comunidade escolar, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Permanente de Avaliação - CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Ao final de cada avaliação será aplicado questionário aos diversos segmentos que compõem a ESPMT, contendo dimensões voltadas para a prática do cotidiano de cada setor.

7.3 Utilização dos Resultados das Avaliações

Todo resultado de cada auto-avaliação será discutida no Conselho Escolar para serem apresentadas soluções alternativas para cada uma das fragilidades identificadas e as respectivas estratégias de implementação para transformá-las em forças e potencialidades para a ESPMT.

A composição, duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de suas atribuições deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo Conselho Escolar da ESPMT, observando-se a necessária participação de todos os segmentos da comunidade escolar (docente, discente e técnico-administrativo), ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. Os nomes dos membros da CPA serão conhecidos por ocasião de suas respectivas nomeações, realizadas por ato do Presidente do Conselho Escolar da ESPMT.

8 INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÕES

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato-Grosso ocupa uma área edificada de aproximadamente 2.500 m² (Dois mil e quinhentos metros quadrados), distribuída da seguinte forma:

Bloco A

- Hall de entrada /Banheiro masculino e feminino.
- Recepção.
- Protocolo.
- Gerência de Documentação e Registro.
- Sala Diretoria Geral.
- Gerência de Apoio Logístico/Gerência administrativa.
- Sala de reprodução de materiais (fotocópias). – CIES E CEP
- Biblioteca (com 03 salas ampliadas).
- Auditório com 112 lugares/ 01 sala de apoio e 01 sala de som.
- Sala do Ar Condicionado Central.
- Videossaúde
- GP/RH
- Sala COADES
- Sala de Professores/Multiuso
- Copa.SECITEC

Bloco B

- Banheiro masculino e feminino.
- Sala de aula Sarã.
- Sala de aula Cumbaru.
- Sala de aula Angico.
- Sala de aula Aroeira.
- Sala de aula Cedro.
- Sala de aula Piúva.

- Sala de Aula Mogno.
- Sala de aula Peroba.
- Sala de aula Jacarandá/Laboratório de Informática II.
- CPD.
- Áudio visual.
- Biblioteca
- Laboratório de Informática (com 18 computadores).

Bloco C

- Refeitório.
- Sala de Refrigeração.
- Cozinha.
- Dispensa cozinha/ Dispensa material de limpeza.
- Almoxarifado
- Almoxarifado/Coordenação SECITECI.
- Almoxarifado/móveis – Sala de Vidro
- Banheiro/ masculino e feminino.
- Depósito de Gás.
- Copa/SAMU
- Sala SAMU
- Sala de Apoio Administrativo/Gráfica.
- Sala 03 para Coordenadora e Gerente COEPE.
- Salas 01,05 e 06 - Equipe Técnica da Gerência Pedagógica .
- Salas 04, 08, 10 e 12 - Equipe Técnica da Gerência de Formação Técnica.
- Sala 07, 09 e 11 - Equipe Técnica da Gerência de Pós-graduação.
- Estacionamentos laterais/fundos, capacidade de 80 vagas.

8.1 Laboratório de Informática e Recursos Audio-Visuais

A ESPMT conta com um Laboratório de Informática destinado à capacitação e aulas práticas na área da saúde, com capacidade para atender 18 (dezoito) discentes.

Os recursos Áudio - visuais disponíveis na ESPMT são destinados aos docentes e discentes, com o objetivo de implementar ações didáticas mais significativas, para o processo ensino-aprendizagem.

8.1.1 Recursos Disponíveis

N. RECURSOS TOTAL

01	Computadores/laboratório	20
02	Computadores/sala de aula	08
03	Projeto Multimídia + equipamentos SECITECI	13
04	Aparelho para DVD	02
05	Notebook	06
06	Caixa de Som Amplificada	02
07	TVs	17
08	Pontos de acesso à Rede	207
09	Computadores/uso em serviço	64
10	Impressoras	12
11	Ponto Avançado - Vídeo Conferência e Tele Saúde	01
12	Tablet	06
13	Lousa Interativa	01

Fonte – Coordenadoria de Administração Escolar – ESP/MT – 2017

8.2 Biblioteca

À Biblioteca da ESPMT compete planejar, coordenar, elaborar, executar e controlar as atividades de processamento técnico (serviços de seleção e desenvolvimento de

coleções; serviço de referência; serviço de circulação e empréstimo; armazenagem, sinalização e preservação dos acervos; e serviços de registro, catalogação, classificação e inventário do acervo) e disponibilização do acervo bibliográfico da ESP/SES; estabelecer diretrizes de funcionamento; propor programas e projetos técnicos a serem desenvolvidos visando subsidiar a implementação e o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, para a comunidade escolar e comunidade em geral, permitindo o desenvolvimento científico/técnico e intelectual dos seus usuários.

8.2.1 Acervo da Biblioteca

As normas que regem seu funcionamento, constituição do acervo, os serviços e produtos oferecidos estão de acordo com a RESOLUÇÃO nº 004/2011/CE-ESPT/SES-MT de 12 de maio de 2012.

8.2.2 Horário de Funcionamento

A biblioteca permanece aberta no período de 07:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta feira.

8.2.3 Vídeo Saúde Distribuidora

Todas as instituições de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde - SUS, órgãos públicos, sem fins lucrativos, podem solicitar gratuitamente a reprodução dos títulos (vídeos/DVD) que constam do Catálogo de Vídeos da Biblioteca, desde que encaminhem o número de fitas de vídeo ou DVD, necessários para as gravações.

As reproduções de vídeos/DVD, quando solicitadas por discentes, professores e servidores da ESPMT/SES-MT também são gratuitas

A concepção de mundo fundada no determinismo histórico pode implicar em sérios prejuízos à sociedade, limitando a esse grupo de pessoas o exercício da cidadania dado

que as posturas dela derivadas retiram possibilidades de novas perspectivas de vida para esses cidadãos com necessidades especiais.

Considera-se que nos parâmetros educacionais vigentes a capacidade de percepção e intervenção na realidade, os processos cognitivos são regulados por padrões estabelecidos e a diferença costuma ser abordada como incapacidade. Os currículos, metodologias, formação de profissionais da educação oferecem poucas alternativas para trabalhar as diferenças e quando são tratadas volta-se na sua maior parte para buscar uma homogeneidade. Os espaços educativos usuais são concebidos para funcionar de acordo com padrões culturais, cognitivos e metodológicos.

Em um mundo onde os avanços científicos e tecnológicos são tão extraordinários que chegam também a demonstrar a provisoriedade de descobertas e de teorias, onde a todo o momento formulam-se novas explicações para o mundo suas leis, os seres humanos descobrem novas perspectivas de vida. É urgente rever a organização espacial relativa à distribuição. Configuração do espaço físico, materiais e equipamentos utilizados, a gestão, o exercício da docência, a formação dos profissionais da educação, os currículos e metodologias visando promover a educação inclusiva.

9 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

A concepção de educação adotada pela Escola busca contemplar as diferenças; cognitivas, físicas, afetivo emocionais, sócio-culturais e econômicas. Pressupõe mudanças curriculares e metodológicas onde se possa superar modelos fundados em paradigmas que tratam o “ser humano por estereótipos” para adotar outras concepções onde ele passa a ser observado, compreendido assim, como se apresenta para a partir deste enfoque realizar a mediação para o seu ‘vir-a-ser’. Desta forma os objetivos nessa política estão voltados para o respeito às diferenças buscando construir pontos comuns onde homens e mulheres possam trocar experiências estabelecendo as bases para o diálogo.

Medidas específicas estão sendo adotadas para garantir o acesso e a qualidade aos portadores de necessidades especiais tais como:

- Espaço físico adequado: sanitários, auditório, sala de aula, rampa de acesso ao piso superior;
- Adequação de materiais pedagógicos e de técnicas de ensino;
- Preparação dos professores dos cursos promovidos buscando capacitá-los para o atendimento desses servidores/alunos;

Levantamento detalhado de servidores com necessidades especiais inscritos para os cursos.

10 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso, integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Saúde, mantém suas ações através de recursos liberados do fundo Estadual da Secretaria de Estado de Saúde, contratos e convênios, que tem como principal órgão financiador o Ministério da Saúde e outras agências financiadoras de ações destinadas à organização dos serviços de atenção, assistência e reabilitação da saúde.

No sentido de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento das ações da ESPMT, a mesma participa da elaboração do Plano Pluri Anual (PPA), do Plano de Trabalho Anual (PTA) e do Plano de Trabalho Mensal (PTM) da SES-MT, adesão a programa de qualificações e formação Técnica de nível Técnico e Superior da FIOTEC(FIOCRUZ) e Médiotéc(MEC), e os recursos oriundos de premiação em Projetos(INOVASUS) aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso.

De acordo com a Portaria n. 134/2010/GBSES, a ESPMT irá implantar gradativamente, a execução dos atos administrativos, orçamentários e financeiros, com relação:

- a) Concessão, análise e prestação de contas de diárias no âmbito da ESPMT; e
- b) A seleção de prestadores de serviços (docentes, orientadores, coordenadores e monitores) para atender as ações educacional da ESPMT.

Desta feita, a aplicação dos recursos financeiros destinados à ESPMT são executados em consonância com as prioridades estabelecidas no Plano de Trabalho Anual - PTA da SES/MT.

Os recursos financeiros que mantêm a execução dos programas e projetos da ESPMT são de origem do Tesouro do Estado de Mato Grosso, repasse fundo a fundo/MS e dos contratos e convênios, com demais órgãos financiadores e fomentadores da Educação na Saúde.

Ressalta-se que ocorre sistematicamente, variação dos recursos orçamentários e financeiros oriundos da receita própria do Estado de Mato Grosso, considerando o fluxo de entrada de Receita Própria no Estado.

Quanto ao financiamento do Ministério da Saúde, há que se consignar que ocorrem também variações significativas, uma vez que, as Políticas Públicas de Saúde são estabelecidas em consonância com os Planos de Governo, fundamentados na realidade de saúde do país, tendo como escopo as necessidades específicas de cada Região Brasileira

11 REFERÊNCIAS

- ALVES, Leonir Pessate. A construção do projeto político-pedagógico na educação superior. Curitiba: PUC PR; MS Edu, 2000.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: São Paulo, Papirus, 2000.
- BERBEL, Aparecida Navas (Org.) Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL, 1999.
- BERBEL, Aparecida Navas. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. Londrina: Semina Edu - CECA/Especial, v. 00, n.00, p. 1-12, 1994.
- BERBEL, Aparecida Navas. Avaliação da aprendizagem no ensino superior. Londrina, Ed. UEL, 2001.
- BORDENAVE, J. D. e PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. Petrópolis, Vozes, 1994.
- BRASIL. INEP. Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições. Brasília: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20/12/1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Brasília: INEP, 2003.
- CALDERÓN, Adolfo Inácio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. In: Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Brasília, n. 36, jun. 2006.
- CANÁRIO, Rui, A experiência Portuguesa nos centros de formação das associações de escolas. In: MARIN, Alda Junqueira. (Org.). Educação continuada. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- CAPPELLETTI, Isabel Franchi. (Org.). Avaliação educacional: fundamentos e práticas. São Paulo: Articulação Unive
- COLS, S. A. de. Conducción dei aprendizaje. Buenos Aires: Marymar, 1977.

- CONSELHO de Reitores das Universidades Brasileiras. Proposta de modelo de avaliação institucional para as universidades brasileiras. Brasília: CRUB, 2000.
- CONTRERAS, J. A Autonomia de Professores. S. Paulo: Cortez, 2002.
- DELORS, J. Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1999.
- DE SORDI, Maria Regina L. A responsabilidade social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. Estudos, Brasília, ano 23, n.34, p.29-39, abril 2005.
- DESPRESBITERIS, Léa. Competências, habilidades e currículos de educação profissional: crônicas e reflexões. São Paulo: Senac, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação de educação superior. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- DIAS SOBRINHO, José. Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000b.
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Org.) Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993.
- GADOTTI, Moacir. Projeto Político-Pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, M.; Romão, J. E. (Org.). Autonomia da educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.
- GUEUSS, Raymond. Teoria crítica: Habermas e a escola Frankfurt. São Paulo: Papirus, 1988.
- HADJI, Charles. A avaliação desmistificada. Porto alegre: Artmed, 2001.
- HADJI, Charles. A Avaliação, regras d© jogo: das intenções aos instrumentos. Portugal: Porto, 1994.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2002.
- JUNQUEIRA, Alda. Educação continuada: reflexões, alternativas. Campinas: Papirus, 2000.

- LE BOTERF, G. Desenvolvendo a competência dos profissionais. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LIBANEO, J. C. Democracia da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1996.
- MACEDO, Elizabeth. Currículo e competência. In: MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro (Org.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DPPA, 2002.
- MARIN, Alda Junqueira. Educação continuada: reflexões continuadas. Campinas: Editora, 2000.
- MORAES, M. C. O paradigma educacional emergente. Campinas: Papirus, 1998.
- MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1999.
- OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de. (Org.). O Sentido das competências no projeto político pedagógico. Natal: EDUFRN, 2002, v. 3.
- PERRENOUD, Philippe. Às competências para ensinar no século XXI: a formação de professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SANDER, B. Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da escola. Rio de Janeiro: Pioneira, 1984.
- SANTOMÉ, J. Iones. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, Boaventura de S. A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.
- SILVA, Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, M. F. A., FILIPAK, S. T. Construindo o Projeto Pedagógico no Ensino Superior: a visão dos sujeitos. Revista Diálogo Educacional. Curitiba: Champagnat. V.2, n.4, p.95-103, jul/dez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Guia de organização curricular: o ensino de graduação e a melhoria curricular. Niterói, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e permanente complexo. Porto Alegre: Artmed, 2000